

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, INCLUSIVA E EQUILIBRADA:

Caminhos para o setor de O&G viabilizar a **nova economia verde**

Consulta Pública MME nº 163/2024 Transição Energética Justa, Inclusiva e Equilibrada Caminhos para o setor de O&G viabilizar a nova economia verde

Formulário para apresentação de propostas

Responsável pelo preenchimento	Anabal Santos Jr.
Nome da instituição	Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás – ABPIP
Email:	anabal@abpip.org.br
Telefone	(71) 3450-7770

- () agente econômico () órgãos de defesa do consumidor
() consumidor ou usuário (X) órgão de classe ou associação
() instituição governamental () outro

A **Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP)** é uma organização civil que representa os produtores independentes de petróleo e gás atuantes no território brasileiro, tem a missão de buscar fomentar políticas de incentivo que promovam o desenvolvimento sustentável do segmento.

Nesse sentido, a importância do setor é evidente, como demonstrado nas apresentações da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, onde fica clara a relevância deste setor estratégico, que contribui significativamente para o PIB nacional, para a geração de empregos, para a arrecadação da União, Estados e Municípios e para o desenvolvimento tecnológico do país. Por isso, é necessária uma abordagem cautelosa sobre a participação do setor de Petróleo e Gás no contexto da Transição Energética, que não pode ser penalizado injustamente por medidas que venham a desencorajar a produção nacional dos hidrocarbonetos, sendo que ainda não existe uma alternativa viável em escala suficiente para substituí-lo e também pelos benefícios sócio econômicos decorrentes da sua produção. A produção de petróleo e gás natural é portanto essencial para termos segurança energética eficiente indispensável para o dia a dia da população e das empresas. Pois como sabemos “o futuro descarbonizado não é um futuro sem hidrocarbonetos.

O setor de óleo e gás terá um papel fundamental para a transição energética, seja no aspecto de financiar o desenvolvimento de novas fontes de energia e também para a garantia do fornecimento de energia necessária para o desenvolvimento de indústrias e acesso energético à população ainda carente das fontes atuais. Assim, como medida proposta, é essencial considerar incen-

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, INCLUSIVA E EQUILIBRADA:

Caminhos para o setor de O&G viabilizar a **nova economia verde**

tivos para pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis, tecnologias de captura e armazenamento de carbono, e métodos de extração mais limpos, evitando iniciativas que visem reduzir ou limitar a produção de O&G.

Os operadores independentes na sua grande maioria são empresas de pequeno e médio porte enquadradas nessa categoria de acordo com a resolução da ANP no. 32/2014 e que operam campos e acumulações marginais caracterizados pela resolução da no. 877/2022.

Assim, a ABPIP entende que políticas públicas e fiscais adequadas ao setor são necessárias. É crucial considerar os impactos econômicos e sociais de tais medidas. Dada a complexidade da indústria, é vital uma análise metódica para assegurar políticas públicas, tributação e regulação justa e proporcional, sem comprometer a competitividade do setor, garantindo assim os benefícios necessários para toda a sociedade.

A ABPIP apoia o posicionamento deste Ministério para a “Transição Energética Justa, Inclusiva e Equilibrada, apresenta nesse documento suas contribuições sugerindo “Caminhos para o setor de O&G viabilizar a nova economia verde” e se coloca à disposição para contribuir para continuidade dessa oportuna iniciativa.

Proposta para compor a Transição Energética Justa, Inclusiva e Equilibrada

#	Descrição do tema	Medidas propostas
1	Criação de um programa setorial (Potencializa E&P ou qualquer outra denominação)	<p>Com os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Endereçar e trabalhar os pontos críticos para desenvolvimento da exploração de áreas de fronteira e estimular investimentos em campos maduros e marginais, promovendo o desenvolvimento regional, fomentar os produtores de petróleo e gás independentes; • Endereçamento de questões legais e regulatórias de estímulo aos produtores independentes; • Aperfeiçoamento dos processos licitatórios de E&P, de modo que as políticas públicas que norteiam os leilões de áreas exploratórias de petróleo e gás estejam integradas aos diversos aspectos da política energética e da política industrial; • Incentivo as empresas de petróleo e gás a diversificarem seus portfólios de negócios, investindo em energias renováveis, captura e armazenamento de carbono, e outras tecnologias limpas; • Desenvolvimento de um Plano Estratégico de Bacias Sedimentares de Novas Fronteiras, de modo a promover uma maior atratividade na aquisição de novas áreas e incentivo aos investimentos em infraestrutura.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, INCLUSIVA E EQUILIBRADA:

Caminhos para o setor de O&G viabilizar a **nova economia verde**

		<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Criação de ambientes para maior integração institucional e governamental visando promover o desenvolvimento sustentável da indústria de petróleo e gás natural e em particular as necessidades dos ativos operados pelas empresas independentes dada sua baixa economicidade e elevada contribuição sócio econômica. <input type="checkbox"/> Criação dentro do programa de um capítulo de fomento específico para os campos marginais de petróleo e gás, bem como para os pequenos e médios produtores qualificados e regulados pela ANP, visando buscar com foco específico nesse perfil de operador e campos como detalhado no próximo item.
2	<p>Políticas públicas de incentivo e regulamentação adequadas às empresas de pequeno e médio porte e empreendimentos que visem estender a vida útil de campos maduros e marginais.</p>	<p>Essa iniciativa é essencial para o Prolongamento da vida útil e do fator de recuperação das bacias maduras, com o objetivo de evitar emissões com o descomissionamento precoce das instalações de produção, através do uso e compartilhamento de instalações preexistentes. Além disso, fazer melhor uso de recursos naturais do país, de maneira a dar continuidade à manutenção e geração de empregos e manter a vida econômica de regiões tradicionalmente ligadas à indústria do petróleo e gás natural.</p> <p>No cenário regulatório, a regulamentação dos benefícios para campo enquadrados como marginais e a revisão da RANP 32/2014 também são exemplos que podem contribuir a extensão da vida útil de campos maduros e marginais e para a segurança energética.</p> <p>Importante evitar que empresas independentes de pequeno e médio porte e campos maduros / marginais sejam afetados por uma carga desproporcional de taxas e impostos, pois haveria um forte impacto na execução investimentos e projetos voltados para a extensão da vida útil e aumento do fator de recuperação.</p> <p>O imposto seletivo em discussão na reforma tributária e a revisão do preço de referência da ANP são exemplos de medidas sobre as quais as empresas independentes de pequeno e médio porte deveriam ficar isentas.</p> <p>Além destes aspectos citados acima que já estão na pauta e precisam ser revisados para adequá-los a esse perfil de ativos, existe ainda uma outra pauta que precisa ser atacada que listamos a seguir:</p>

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, INCLUSIVA E EQUILIBRADA:

Caminhos para o setor de O&G viabilizar a **nova economia verde**

		<ol style="list-style-type: none"> 1. Flexibilização regulatória ao tie-back (p.ex.: medição fiscal); 2. Facilitação do compartilhamento de infraestrutura e recursos logísticos através de incentivos legais e regulatórios; 3. Flexibilização nas regras para o licenciamento ambiental em bacias maduras (com histórico de estudos ambientais); 4. Adequação de alíquota de royalties dos campos em bacias maduras (maduros e marginais); 5. Adequação das regras de transição da reforma tributária (imposto seletivo e outros) para os ativos situados nesse ambiente; 6. Preço de Referência adequado aos campos de petróleo de bacias maduras; e 7. Flexibilização das regras de descomissionamento da infraestrutura subsea.
3	<p>Continuidade das rodadas e ciclos de oferta permanente da ANP para licitação de áreas destinadas a exploração de petróleo e gás natural.</p>	<p>A produção de petróleo e gás no Brasil é responsável pela geração de cerca de R\$ 4,5 bilhões em royalties para municípios, estados e União (dados de fevereiro de 2024), contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, essa atividade é importante para geração de emprego nos municípios onde ocorre a produção.</p> <p>Além disso, considerando que as projeções que indicam um aumento na demanda por petróleo e gás nos próximos anos, essa redução resultaria na necessidade de aumento da importação de derivados, e até mesmo como indica os estudos da EPE, num futuro breve a importação de petróleo bruto, afetando negativamente a balança comercial do país e aumentando sua dependência externa.</p>
4	<p>Gás natural como combustível da transição energética e vetor para a reindustrialização do país</p>	<p>O gás natural desempenha um papel significativo no trilema energético ao tentar equilibrar os três desafios principais da indústria de energia: segurança energética, sustentabilidade ambiental e econômica.</p> <p>O gás contribui para alcançar objetivos ambientais ao gerar impactos positivos quando: (i) substitui outros combustíveis fósseis mais intensivos em carbono; (ii) oferece flexibilidade e segurança na geração de energia elétrica; e (iii) viabiliza a instalação de indústrias em regiões que não dispõem de outras fontes de energia e contribui para o desenvolvimento regional.</p> <p>Dentro deste escopo propomos o seguinte:</p>

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, INCLUSIVA E EQUILIBRADA:

Caminhos para o setor de O&G viabilizar a **nova economia verde**

		<ul style="list-style-type: none"> • Avanço na Agenda Regulatória da ANP, relativamente aos temas do mercado de gás natural, para garantir segurança jurídica aos agentes de mercado; <input type="checkbox"/> Harmonização das legislações federal e estaduais; • Tratamento diferenciado para o gás natural em regimes tributários e fiscais; • Reformas regulatórias que foquem na eficiência e transparência do transporte de gás natural; • Incentivo ao fomento de tecnologias de baixo carbono, explorando o potencial do gás natural como recurso de transição e promovendo a integração harmoniosa com energias renováveis • Inclusão do gás natural na taxonomia sustentável brasileira; • Ênfase na integração de ações, recursos e agentes para a monetização de recursos já descobertos e por serem descobertos; e • Possibilidade da estruturação e priorização de parcerias público/privadas em projetos de infraestrutura, energia e gás natural. <input type="checkbox"/> Incentivos à exploração de bacias de nova fronteira. <ul style="list-style-type: none"> Entre as possíveis alternativas, sugere-se: <ul style="list-style-type: none"> a) criação de programa governamental para utilização de recursos de cláusula de P,D&I para perfuração de poços estratigráficos em bacias de nova fronteira: b) definição de faixa de valor mínima para cálculo de retenção de áreas para ativos em Fase de Produção localizados em bacias de nova fronteira:
5	<p>Desenvolvimento do mercado de Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN)</p>	<p>A estocagem constitui elemento essencial para aumentar a flexibilidade no fornecimento de gás natural ao mercado, podendo equilibrar a oferta e a demanda.</p> <p>A relevância do tema já é reconhecida por órgãos de Governo (ANP e EPE), que estão se mobilizando para realizar estudos preliminares.</p> <p>Nesse sentido, indicamos as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avançar na regulamentação da Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN), prevista na Lei do Gás, mas sem previsão concreta na Agenda Regulatória da ANP; • Incentivar aos investimentos privados em infraestruturas nacionais de estocagem subterrânea de gás natural e CO₂;

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, INCLUSIVA E EQUILIBRADA:

Caminhos para o setor de O&G viabilizar a **nova economia verde**

		<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e selecionar de áreas considerando aspectos potenciais como ESGN (Estocagem Subterrânea de Gás Natural) e/ou CCUS (Captura, Utilização e Armazenagem de Carbono), incorporando infraestruturas existentes ou fomentando o investimento de novas tecnologias.
6	Captura e Armazenamento de Carbono (CCS)	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Aprovação de marco regulatório para atividades de armazenamento de CO2 <input type="checkbox"/> Previsão de acesso para injeção de CO2 para armazenamento geológico em concessões de óleo e gás em vigor (por parte do concessionário) <input type="checkbox"/> Criação de instrumento de prevenção à entrada de terceiros para injeção de CO2 em áreas de concessão <input type="checkbox"/> Previsão de licenciamento ambiental para armazenamento geológico de CO2.
7	Legislação ambiental específica para Destinação da Água Produzida.	Implementação de um Descarte Sustentável da Água Produzida tratada com Benefícios Ambientais, como sua Reutilização em Diversos Contextos, como Projetos de Irrigação, promovendo a sustentabilidade das operações industriais. Importante também estabelecer o enquadramento adequado para as águas salinas no entorno das plataformas marítimas.
8	Promoção de medidas de Eficiência Energética - Conversão de Frotas Diesel para GNV	Conversão gradual das frotas das empresas (incluindo as de Aluguel de Veículos e de Serviços), percentualmente ao total de veículos, numa escala de 5 – 10 anos.
9	Investimento para a descarbonização das energias fósseis / Financiamento de Projetos	Linhas de Crédito para apoio à implementação de projetos relacionados à Transição Energética.
10	Concentrar esforços em políticas públicas que tenham um impacto mais significativo na redução das emissões de CO2, priorizando os setores que mais contribuem para essa emissão.	As emissões de CO2 provenientes do setor de petróleo e gás são menos significativas em comparação com outros setores industriais.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, INCLUSIVA E EQUILIBRADA:

Caminhos para o setor de O&G viabilizar a **nova economia verde**

11 Exploração e produção de reservatórios não convencionais.

Com a transição energética fica claro o uso e necessidade do gás, e o Brasil tem potencial para exploração de recursos não convencionais, isto é, reservatórios com baixíssima permeabilidade que exigem estimulação para a produção de hidrocarbonetos. Nosso país ocupa a décima posição em um ranking formado pelos países com as maiores reservas mundiais de gás de folhelho.

Dados de 2012 da ANP apontam que existam 514 *trillion cubic feet* (TCF), isto é, 14,5 trilhões de metros cúbicos, em reservas de gás natural não-convencional no país. Isso corresponde a 28 vezes toda reserva de gás natural provada no Brasil.

Reforça-se que, no caso brasileiro, a produção de gás natural não-convencional já é regulamentada pela Resolução ANP nº 21/2014, que prevê obrigações ambientais, estudos necessários à aprovação da prática e análise de risco por parte do player interessado em desempenhar o *fracking*.

Conclusivamente, sendo os riscos ambientais da técnica de fraturamento hidráulico conhecidos e seu potencial de desenvolvimento inegável, o Brasil precisa aprofundar o debate acerca da autorização do *fracking* no país.

Uma boa alternativa para estudo focalizado da prática é a perfuração de um projeto piloto de poço transparente, à guisa de experiências internacionais, para uma análise aprofundada do potencial brasileiro para desenvolvimento de recursos de baixa permeabilidade.

O próprio MME já trabalhou nesse sentido com o Projeto Poço Transparente, que visava a realização experimental e monitorada, nas fases de exploração ou de produção do contrato de concessão, de poço de petróleo e gás natural.

Os incentivos finais à execução bem como o arcabouço legal que respaldaria o projeto do poço transparente, entretanto, não se mostraram suficientes para que empresas participassem do programa. Se redesenhados, podem retomar o apetite de operadores.

Instruções de preenchimento: os temas propostos devem guardar relação com os objetivos da Transição Energética Justa, Inclusiva e Equilibrada, e devem ser descritos de forma clara e objetiva. Para cada tema proposto, deve ser indicada uma ou mais medidas que, se adotadas, poderiam contribuir para os caminhos para o setor de O&G viabilizar a nova economia verde.